

O volume anual em apostas desportivas 'on-line' em Portugal é de 700 milhões de euros

# União Europeia vai regular empresários, finanças e apostas 'on-line'

Comunicação recente da Comissão Europeia aponta, pela primeira vez na história, uma política desportiva clara. Sugestões da EPFL – Ligas Europeias de Futebol Profissional – foram levadas em séria consideração. Reconhecida importância económica do futebol como verdadeiro sector de actividade

por  
MIGUEL CARDOSO PEREIRA

A Comissão Europeia divulgou no dia 12 de Março deste ano uma comunicação intitulada *Developing the european dimension in sport* (Desenvolvendo a dimensão europeia no desporto), que, pela primeira vez, assume a decisiva importância económica do negócio do futebol no espaço europeu. O documento dá orientação política e detecta problemas que serão reapreciados do ponto de vista legislativo, particularmente a actividade dos empresários, o sobreenvolvimento dos clubes e o mercado de apostas desportivas online.

Este reposicionamento da União prende-se com um novo estatuto de poder decorrente da assinatura do Tratado de Lisboa, em vigor desde 2009, papel onde figura um artigo inovador, o 165.º – Educação, treino vocacional, juventude e desporto. Fecha-se, assim, um ciclo que começou como mero processo teórico de intenções e recomendações, posteriormente complementado com o Livro Branco do Desporto em 2007, já um plano de acção, mas que só agora ganha real corpo. Agora há, pela primeira vez, autoridade para fazer e exigir.

Além de medidas no papel social que a União Europeia sugere a clubes e outros agentes, como o combate ao doping, a educação e o treino ou a acessibilidade ao desporto, é sobretudo nos papéis económico e organizacional que as vontades da União estão a agitar o futebol, incentivando, entre outras, as seguintes medidas:

- venda colectiva dos direitos desportivos dos 'media' e adequada redistribuição de receitas;
- protecção dos direitos de propriedade intelectual;
- estudo e acção sobre as regras de transferência de atletas e as actividades dos agentes desportivos.

## A IMPORTÂNCIA DO DOCUMENTO

Para perceber melhor o que implicarão estas vontades, A BOLA conversou com o presidente da EPFL – *European Professional Football Leagues* (Ligas Europeias de Futebol Profissional) – o português Emanuel Macedo de Medeiros,



Emanuel de Medeiros, presidente da EPFL (Ligas Europeias de Futebol Profissional), tem 42 anos, foi secretário-geral da Liga portuguesa até 2005 e desempenhou cargos na UEFA e na FIFA

42 anos, advogado que, entre outras actividades ligadas à lei e ao desporto, foi secretário-geral da Liga Portuguesa até 2005 e desempenhou cargos em gabinetes e grupos de estudo da UEFA e da FIFA.

«Estamos a assistir desde 2007, com o Livro Branco do Desporto, ao consumo do novo relacionamento entre a UE e desporto, mundos que tinham muito em comum, mas que praticamente não se falavam. Nós, na EPFL, percebemos que a União devia ser vista como parceiro. O futebol trata agora de desafios que os respectivos organismos são incapazes de resolver, porque não dispõem de competência legislativa que permita impulsionar as reformas necessárias. Conseguimos, com sensibilidade, de anos, cimentar a EPFL como parceiro aos olhos de Bruxelas, amplamente consultado para a elaboração deste documento, porém também com um papel proactivo, de sugestão, de trabalho visível, documentado. Agora percebe-se, enfim, a visão estratégica da Comissão e o seu posicionamento político, que deverá seguir passos até se tornar ju-

rídico, em relação aos desafios do futebol», começa por dizer Emanuel Macedo de Medeiros, CEO da EPFL, desde 2007.

## A IMPORTÂNCIA DO NEGÓCIO

Segundo contos do site *Football Finance*, o futebol já é a mais lucrativa indústria mundial, movimentando 19 mil milhões de euros por ano em construção, patrocínios, direitos televisivos e transferências. É, neste sentido, também um dos motores da economia europeia. Também isso foi reconhecido agora pela União. Os clubes e as ligas, preservando hábitos históricos, preferem seguir os seus destinos, agitando bandeiras autonómicas, contudo os tempos motivam uma forçosa ajuda política ao futebol.

«As áreas que necessitam de certa jurística carecem de intervenção da UE. Por exemplo, a admissibilidade de negociar colectivamente os direitos. À primeira vista poderia ser um desvio ao direito comunitário, mas não o é. Já acontece na esmagadora maioria dos países europeus – Portugal e Espanha são casos raros, ainda

que em Portugal já haja a excepção da Taça da Liga. O Parlamento Europeu concluiu que esta comercialização de direitos centralizada é compatível com as leis da União e recomendável, por ser mais justa e compatível com a justa redistribuição e com os interesses económicos e desportivos das ligas», explica Emanuel Macedo de Medeiros. Mas há outras áreas onde a UE se prepara para mexer...

## PROPRIEDADE INTELECTUAL

É dentro destas noções de defesa das boas práticas financeiras e do desenvolvimento sustentado do desporto que surgem, no referido documento, referências inéditas a um tema quente: as apostas online.

A UE assume desta feita que as apostas desportivas, conduzidas por operadores privados ou pelos estados, contribuem para o financiamento do desporto nos estados-membros. E, mais, lembra que estas contribuições devem incluir ligações financeiras com os movimentos desportivos e contribuições fiscais que ajudem a financiar o desporto.

Macedo de Medeiros congratu-

lor reconhecido pela União é um sinal vitorioso para nós, ligas europeias, pois foi conseguido com muita tenacidade, ainda que também com muita discrição», lembra.

## QUE FAZEM OS OUTROS

Os próprios estados-membros, a ritmos diferentes, já começaram a legislar. Segundo a edição de Abril da revista oficial da LPFP, o ponto de situação em matéria de apostas desportivas online é o seguinte:

**FRANÇA** → legislação aprovada a 1 de Maio de 2010 legalizou a actividade de vários operadores online. A peça legislativa tem sido apontada como possível modelo para outros países europeus. Liga e federação recebem um por cento das receitas.

**ESPAÑA** → as primeiras licenças (cada uma a dez mil euros) serão emitidas no primeiro trimestre de 2012. A Comissão Nacional de Jogo deverá arrecadar 11,5 milhões de euros por ano só em novas taxas. Em 2010 as apostas online tiveram um lucro de 110 milhões de euros.

**HOLANDA** → o governo deu parecer favorável a que se avance com legislação até 2012.

**ITÁLIA** → a Reforma do Jogo Online, aprovada em 2006, legalizou as apostas, num processo vigiado pelo próprio Estado. 8,8 mil milhões de euros foi o valor somado pelo Estado italiano em 2009 em receita fiscal.

**INGLATERRA** → num país com grande tradição no mercado de apostas, o enquadramento legal da fatia online foi feito facilmente.

**E PORTUGAL?** Explica Macedo de Medeiros: «A solução por-



O futebol é a mais lucrativa indústria mundial, movimentando 19 mil milhões de euros/ano

tuguesa até pode ser facilmente revista. Já em tempos houve um grupo de trabalho e acredito que este novo Governo, porque conheço as pessoas, será sensível à questão. Sei que trabalham bem...» Ainda segundo a LPFP, o volume anual transaccionado em apostas desportivas online em Portugal é de 700 milhões de euros. Mas é tudo quase anárquico...

## CONTAS DE MIL MILHÕES

«No próximo ano, em toda a Europa, as previsões apontam para 50 mil milhões de euros depositados em apostas no futebol. Na Ásia são debitados 67 mil milhões tendo como epicentro o futebol europeu. Dá uma ideia da ordem de grandeza...», avança Emanuel de Medeiros. À custa de quem?

«Dos organizadores e dos clubes das competições. E traz riscos para os clubes e para as ligas, que não têm visto o justo retorno por parte dos operadores. Há uns acordos de patrocínio, sim, mas os números dão conta de um volume de investimento de todas essas casas de apostas de 180 milhões de euros por ano no âmbito de patrocínio e publicidade. Ora, mesmo quem quiser seguir uma lógica meramente aritmética – e nunca foi esse o nosso caso, sempre nos baseamos em princípios – deve interrogar-se como é que um sector que movimenta 50 mil milhões de euros pode considerar que tem um papel decisivo quando a contrapartida no meio se cinge a 180 milhões...», alerta.

E mais: «Não se pense que os operadores estão preocupados com o desenvolvimento do futebol jovem e questões sociais... Mas as ligas europeias estão; e a uma escala mundial. Urge então acção legislativa, que deverá agora avançar na Europa.»

## A AMEAÇA CHINESA

Entende quem contesta que muito dinheiro fica fora dos clubes e dos estados. Mas além disso há também toda uma onda de desconfiança. Casos como os que agora têm ficado conhecidos em Itália, na Turquia, de influências sinistras nos resultados em nome de valorização de apostas não abonam a favor do mercado. Também aí se preparam medidas.

A CE está a ultimar um processo de consulta tendente à apreciação de um chamado Livro Verde, um documento que diagnosticará a realidade do jogo, para depois disciplinar o mercado. Mas a questão é forçosa: que pode a UE fazer relativamente às apostas fora do seu espaço, particularmente no tal gigantesco mercado asiático?

«A Ásia representa ameaça que não se deve negligenciar, sim. Lá, os apostadores estão em frente a um ecrã a ver um jogo e fazendo apostas. Não haveria problema se tal fos-



se feito com autorização dos detentores dos direitos. Mas não é. A União tem de se intrometer, mesmo que tenha de o fazer no âmbito do relacionamento comercial e político que tem com outros espaços, países e mercados. Já foram tomadas medidas anteriores no que respeita às

namento ideal de clubes e ligas sobre as apostas desportivas e ao código de conduta que deve ser adoptado até à época 2013/14. Há questões sensíveis ainda em apreço.

«Relativamente à participação em apostas de jogadores, treinadores, médicos, dirigentes, fisioterapeutas... há quem, na EPFL, defenda a proibição absoluta; há ainda uma outra linha, menos dura, que deixa às ligas a decisão sobre o alcance e o sentido das medidas, isto é, pode haver proibição mas circunscrita às competições onde os participantes actuam. A questão dos direitos de imagem para acção publicitária ainda não está arumada», conta.

Também em matéria de média desportivos, a EPFL, tem procurado manter a relação de proximidade com todos os agentes. «Ainda no dia 7 de Julho, em Viena, na Áustria, organizámos uma conferência sobre o tema. As conclusões são evidentes: os média precisam do desporto tanto quanto o desporto precisa dos média. E o mercado, sobretudo o televisivo, vai continuar a crescer, mesmo que não aos ritmos dos anos 90. É, repito, um espaço vital», relembra Emanuel Medeiros.

## TRANSFERÊNCIAS E AGENTES

Na sequência do acórdão Bosman, toda a gente o sabe, o futebol mudou. Paralelamente, na Europa

foram sendo feitos acordos políticos de cooperação com estados terceiros a quem era, e são, reconhecidos estatutos de igualdade.

«Toda essa constelação de acordos nada tinha a ver com o futebol. Mas o futebol tem sido apanhado nesse turbilhão. A União vem agora dizer que, dez anos volvidos sobre um primeiro acordo que forneceu, afinal, as bases do regulamento de transferências da FIFA, em vigor, é altura de fazer uma análise à sua execução, ver o que está bem e o que está mal e tomar novas acções», diz Medeiros.

No documento da UE surgem explícitas as preocupações europeias sobre a matéria:

- Lançar um estudo sobre as regras de transferências de atletas e disponibilizar orientação sobre a matéria;
- encontrar forma de conciliar as regras de livre circulação no espaço europeu com a organização das competições desportivas a nível nacional;
- garantir boas e justas práticas financeiras e o financiamento sustentado do desporto;
- considerar futuras acções sobre as actividades dos agentes desportivos.

Estas duas últimas medidas também são objecto de análise para Emanuel de Medeiros.

«Também a União Europeia, pela comunicação que fez, chegou à conclusão de que é importante travar a quatro rodas para evitar o abismo financeiro, algo que a EPFL, já em 2009, tinha lembrado, num relatório que fez sobre a boa governação financeira e sobre o embate da crise económica no futebol europeu. É certo que o futebol se mostrou um sector resistente à crise, por ser o maior e por ter um potencial de crescimento inesgotável. Contudo, a verdade é que há clubes com gestão de risco e em sobreendividamento, que recorrem a expedientes imaginativos para sobreviver. Tal como noutros sectores de actividade, há empresas que vingam e outras que não, dir-me-á; mas ao contrário de outra actividade, o futebol tem igualmente sido proactivo e determinado na tentativa de resolução dos seus problemas. O futebol, a prová-lo, tem hoje, aliás, um caudal de regulamentação que não existe na indústria, no comércio ou noutro sector. É um negócio que tem vindo a crescer, seis, sete, oito por cento ao ano! No que respeita à regulamentação dos agentes, a União está interessada nas formas de relacionamento, sim. Nesse aspecto, temos mantido diálogo constante com vista à preparação de uma grande conferência sobre o tema, em Bruxelas, no próximo mês de Novembro, que tratará precisamente das condições a que essa actividade deve obedecer. Estamos envolvidos com a União nesse particular», garante o presidente da EPFL.

Já há orientação política clara. Haverá medidas.

